



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

**ATA da 99ª (nonagésima nona) Reunião Ordinária
Dia 14 de janeiro de 2002**

Às 9:00 (nove) horas do dia 14 de janeiro de 2002 (dois mil e dois), na Sala de reunião do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Tania Bacelar. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 97ª Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de novembro de 2001. 2) Análise do processo nº 07.40416.4.01 (Shopping Boa-Vista). 3) Avaliação do Conselho no ano de 2001/discussão de um planejamento para o ano de 2002. 4) Proposta preliminar da Metodologia para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife – PDCR. 5) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda, suplente da presidente, Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Diretor da Diretoria Geral de Administração Tributária da SEFIN (suplente), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município - SAJ, (titular), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dr. Alvaro Neves Salazar, Secretário Adjunto da Secretaria de Serviços Públicos (suplente), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. Carlos Eduardo Maciel Lyra, Assessor Especial da Secretaria de Saneamento (titular), Dr. Carlos Ernesto de Queiroz Matos, representante da URB/Recife (suplente), Dra. Circe Maria Gama Monteiro, representante da MDU/UFPE (suplente), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Frederico Penna Leal, representante do SINDILOJAS (suplente), Dr. José Luiz Soares Muniz de Araújo, representante da ACP (titular), Dra. Vera Lúcia Menelau de Mesquita, representante do CREA (titular), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Sr. Jorge Luiz Dantas Roma, representante da CUT (titular), Dr. Enio Laprovitera da Motta, representante do IAB (suplente), Dr. Arménio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE (titular), Dra. Ana Maria Magalhães, representante do CENDHEC/ABONG (suplente), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar, representante da SCJP/ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do FÓRUM/PREZEIS (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do MNLM/PE (suplente). Prosseguindo, Dra. Tania Bacelar passa a palavra à Dra. Norma Lacerda para fazer a apresentação da Proposta preliminar da Metodologia para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife – PDCR. Dra. Norma fala que a idéia é trazer para o debate, o que é que estamos pensando, propondo para a revisão do PDCR. “Consideramos importante colocar alguns pontos sobre o histórico das reformas urbanas. Nos anos 50 e no início dos anos 70, surgiram movimentos sociais em prol de cinco reformas urbanas: a reforma sanitária, a reforma da habitação, a reforma da educação, a reforma da assistência social e a reforma agrária. Do final da década de 60 até a metade da década de 70, por conta do regime militar, esses movimentos foram abafados, ressurgindo na década de 80, fazendo parte da pauta da Constituição Federal de 1988, que incluiu a reforma sanitária e, parcialmente, as reformas urbana de educação e da assistência social. Essas três últimas remetiam à regulamentação e leis específicas. A



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

reforma agrária foi bloqueada. Na Constituição, o capítulo sobre a Política Urbana define a obrigatoriedade do Plano Diretor como Lei Municipal e que o Plano Diretor será o instrumento básico da política de desenvolvimento da Cidade. No entanto, foi um processo lento. A Lei de Diretrizes de Bases de Educação, só foi aprovada em 1996, ou seja, oito anos depois. O Estatuto da Cidade só foi aprovado em 2001. Nesse intervalo de tempo, alguns municípios tomaram iniciativas no sentido de elaborar os seus Planos Diretores e, também, adotaram instrumentos inovadores. Por exemplo, no Recife, o Fórum dos Prezeis, em Porto Alegre, o Orçamento Participativo. Com isso, quero dizer que o Estatuto da Cidade, na verdade, veio consolidar diversas experiências que vinham ocorrendo no território Nacional. Quanto aos fundamentos da revisão do PDCR, o primeiro ponto é a questão da periodicidade. O artigo 104 da Lei Orgânica Municipal prevê revisão a cada cinco anos, ou seja, 2001 foi realmente a data limite e o Estatuto da Cidade estipula uma revisão a cada 10 anos. Ao analisarmos o Estatuto da Cidade, verificamos que todos os instrumentos se referem à questão do ordenamento físico-territorial e a questão da gestão. Além disso, a dinâmica urbana do Recife aponta que os processos de transformação urbana demandam urgente reorientação das diretrizes de desenvolvimento urbano e, em particular, da gestão físico – territorial da cidade. Voltando à questão da abrangência do PDCR, a grande questão é: Plano de Desenvolvimento ou um Plano de Gestão Físico – Territorial. O PDCR, que está em vigor, é um Plano de Desenvolvimento Urbano, trata de várias temáticas, educação, saúde, etc. Se analisarmos a Lei Orgânica do Município de Recife, percebemos claramente uma ausência de imposição normativa. Na realidade, trata-se de uma definição estratégica, ou seja, o que consideramos importante para a Cidade do Recife. Durante os últimos dez anos, percebemos a consolidação de estruturas setoriais, que passaram a contar com seus próprios planos, ou seja, Saúde, Educação, Criança e Adolescente, Assistência Social, planos específicos, planos setoriais. Propomos começar o processo com uma discussão abrangente do seu conteúdo e definir uma posição, após debate com a sociedade. Quanto aos instrumentos urbanísticos verificamos a importância de eleger alguns, capazes de contribuir para o ordenamento físico – territorial e, também, para o financiamento da cidade. Sabemos que hoje, as cidades brasileiras são grandes desafios. Precisamos encontrar mecanismos para financia-las. Quais seriam os instrumentos importantes em termo de ordenamento e de financiamento? O primeiro seria o parcelamento de edificação compulsória, IPTU progressivo e a desapropriação. Estão na mesma linha porque, na realidade, constituem uma seqüência. Coletivo é importante em determinadas áreas pobres, formando um condomínio e cada proprietário com uma cota. Quanto à Outorga Onerosa, deveríamos voltar a discutir a idéia de um coeficiente único. As operações urbanas, não deveriam constar em um Plano Diretor. Não seriam definidas previamente as áreas no Plano. Esse instrumento deve ser objeto de uma Lei específica. Quais os temas principais na dimensão físico – territorial? São: Habitação, Saneamento Meio Ambiente, Transporte, Circulação e a Gestão, ou seja, temos seis temas que tratam da questão físico – territorial. Quanto aos mecanismos de gestão, temos os nossos Conselhos Setoriais, o Orçamento Participativo. Temos que pensar um novo modelo de gestão, definindo, inclusive, as articulações entre os espaços existentes. Quanto ao Sistema de Planejamento e Informação estamos, nessa gestão,



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

introduzindo os Planos Microrregionais. Temos planos localizados nas áreas de morros, os das próprias ZEIS, que deverão integrar os Planos Microrregionais e, evidentemente ao plano estratégico, que pensa a cidade como um todo. Acharmos também imprescindível a reorganização do Sistema Integrado de Informação para o planejamento. Estamos dando os primeiros passos. Durante esse processo de construção do Plano Diretor, pensamos em três saídas. A primeira saída, é o que chamamos de temas abrangentes, que poderão ocorrer ou não. Durante o processo, pode surgir temas que deverão ser trabalhados de forma urgente e, até mesmo, com desdobramentos, em termos de ações emergências. Por exemplo, a questão da articulação entre municípios, é uma questão urgente, então, deverá orientar o PDCR, mas não é uma ação emergencial. Instrumentos urbanísticos para áreas dos morros, é uma questão urgente e poderá se desdobrar em ações emergenciais. Outra questão é que a construção desse produto deverá gerar insumos para a Conferência Urbanística. Estaremos realizando esta Conferência no mês de setembro quando serão apresentados as produções técnicas, orientadas pelos debates no CDU, no COMAM, no Fórum Temático de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e com contribuições da sociedade, referentes à dimensão físico - territorial, urbanística e ambiental. Hoje, contamos com fóruns já instalados, para onde levaremos as discussões. Como a Conferência Urbanística, teremos também outras Conferências Temáticas: A construção do Plano deverá alimentar e criar insumos para a Conferência da Cidade. Temos também outros insumos. O atual PDCR, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Metropolitano servirão de insumos no processo de construção do Plano Diretor. Elaboramos este Cronograma: **Janeiro – Março 2002** – Discussão sobre a metodologia, **Abril – Maio 2002** – Formulação de diretrizes básicas/integração com fóruns temáticos do Orçamento Participativo, COMAM, Prezeis, etc. **Junho – Agosto 2002** – Conferência Urbanística, Sistematização. **Setembro – Dezembro 2002** – Formulação de propostas. Apresentação e discussão no CDU. Integração com demais esferas de gestão, Conferência da Cidade. Sistematização. **Janeiro – Junho 2003** - Consolidação. Versão Final". Continuando, Dra. Tania fala que a "administração está instalando o processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife, uma visão que precisa ser discutida no Conselho, embora o ano de 2002 não seja o mais apropriado por se tratar de um ano eleitoral". Em seguida, Dra. Tania passa a palavra para à Dra. Fernanda Carolina, Diretora Geral da DIRCON/SEPLAM. "Temos um Plano Diretor de Desenvolvimento e isso tem um diferencial muito grande para a Cidade do Recife. Temos diretrizes gerais das políticas públicas setoriais, previstas nesse Plano, com uma ênfase maior na parte urbanística: instrumentos urbanísticos, empreendimentos de impacto, toda uma proposta de zoneamento que tivemos que resgatar na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, etc. Na apresentação, colocou-se mais uma visão urbanística, mais físico - territorial, englobando seis temáticas, que na verdade são temáticas que precisam se transformar em políticas. São: Habitação, Saneamento, Transporte, Uso e Ocupação do Solo, Meio Ambiente e Gestão. Três outras ficariam de fora: Assistência Social, Saúde e Educação. Não consigo ver saúde descolado de Meio Ambiente e Saneamento. O Plano Diretor seria o grande instrumento de articulação. O nosso grande desafio nesse processo de revisão do Plano, é realizarmos a Conferência Urbanística, pois Saúde e Educação já realizaram suas Conferências. Temos que ter uma clareza



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

muito grande do processo, discutir a metodologia e definir como iremos restringir o tema para nossa Conferência Urbanística. Nosso grande desafio será como restringir o conteúdo dessa Conferência Urbanística, sem perder de vista a articulação". Prosseguindo, Dra. Tania fala que a "revisão do Plano Diretor, é uma revisão no sentido amplo, mas teremos que concentrar energia no CDU, nas discussões da Conferência Urbanística e nas diretrizes urbanísticas que integrarão o Plano Diretor. O nosso Plano será um Plano Diretor Urbanístico, mas, para a cidade será um processo amplo". Em seguida, passa a palavra para o Conselheiro Carlos Aguiar, representante do SCJP / ABONG. "Penso em duas definições para o atual Plano Diretor, uma trata do desenvolvimento urbano, a outra da eficiência da Cidade. Quais os parâmetros que se deseja para o desenvolvimento urbano? Porque o CDU tem a competência de aferir esse desenvolvimento urbano? Qual o desenvolvimento urbano que a cidade quer? Outra é sobre a questão da cidade eficiente, levando em conta, que uma cidade eficiente, é aquela cidade que, entre outras coisas, consegue contemplar de alguma forma aquilo que o Plano Diretor atual trata que é a questão social da cidade. O Plano Diretor tem um estágio que a cidade deveria alcançar, que é a cidade como um pólo de comércio e serviço. A cidade como um espaço, onde as pequenas, micro e médias empresas teriam condições favoráveis para se expandir. Não sei, se seria agora, o momento de estendermos nosso olhar para a vocação econômica do Recife. Outra coisa que observo é a questão do transporte e circulação, onde temos que ter uma atenção especial para essas questões". Dando continuidade, Dra. Tania passa a palavra para o conselheiro Enio Laprovitera – IAB. "As Conferências me parecem uma forma de todos os atores se comunicarem com a sociedade. Outra coisa é, quais são as arenas desses debates? Quais são os atores que vão participar? Não é só um debate no CDU e, sim, um debate mais amplo com a sociedade, a Universidade, os Fóruns, etc. O que é o Plano Diretor hoje? Para onde ele aponta? De certa forma, contrapor o Plano com a filosofia da Secretaria de Planejamento. Qual a visão da SEPLAM? Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Jorge Luiz Dantas Roma - CUT. "Queria colocar nessa discussão, um lado mais político, observei no final do ano passado, uma atitude da imprensa do Governo do Estado, que apelidei de "imprensa malvada", um dos trabalhos mais covardes que já fizeram a uma gestão. Vejo, a relação entre a Cidade do Recife e o Governo do Estado. Um absurdo com algumas comunidades. Uma pessoa que sai da Imbiribeira e vai para o bairro da Boa Viagem, paga a passagem mais cara do que se estivesse indo para outro Município. Vejo isso como responsabilidade do Poder Municipal. Outra coisa é que, pelo grau de violência, os Municípios deveriam começar a discutir a questão da segurança, que não é só responsabilidade do Governo do Estado, também do Município". Em seguida, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Francisco José Couceiro de Oliveira – SCTE. "Minha intervenção é sobre as Câmaras Temáticas no CDU. Têm um papel muito importante na visão de desenvolvimento urbano. De fato, acho difícil inverter isso. Conferência da Cidade é uma coisa mais ampla, os setores têm seus meios de relação com a sociedade. A Secretaria de Saúde, com o Conselho Municipal de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico com a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, e o Orçamento Participativo com os fóruns temáticos. Existe uma série de elementos de gestão que têm na verdade de trabalhar cicronizados. O



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Conselho de Desenvolvimento Urbano, talvez tenha uma visão mais ampla, e consiga na Conferência Urbanística, trazer alguns pontos importantes para levá-los à Conferência da Cidade. Me parece que inverter isso, é complicado enquanto método”. A seguir, Dra. Tania passa a palavra à conselheira Ana Maria Magalhães – CENDHEC. “Entendo as preocupações da Dra. Tania, por causa do ano eleitoral, naturalmente tem muitas tensões mas, por outro, lado a sociedade se mobiliza. Está sendo realizado em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial. Em paralelo, acontecerá o Seminário Mundial em relação à Cidade, onde se pretende construir uma Carta de Compromissos. Acho que, deveremos aproveitar esse momento natural de mobilização, onde a sociedade é chamada a discutir”. Dando continuidade, Dra. Tania fala que, “em geral a proposta foi aprovada pelos conselheiros, com divergência sobre a Conferência Urbanística, se deveria preceder ou suceder. Acho a idéia boa, faríamos um cronograma de janeiro a março. Internamente discutiríamos e distribuiríamos com vocês. Faríamos algumas discussões e tomaríamos uma decisão até março. Sobre a questão dos transportes, levantada por Jorge, isso diz respeito à EMTU. Estamos discutindo conjuntamente, quando tivermos uma proposta mais consolidada, traremos ao Conselho. Na Pauta da próxima reunião, poderemos discutir mais sobre o Plano Diretor existente, para onde ele aponta, se concordamos ou discordamos. Criamos um Grupo de Trabalho interno para discutir o Plano. Norma é a Coordenadora e poderá fazer esse tipo de exercício conosco no Conselho. Na reunião seguinte, detalharíamos a metodologia. Outra coisa é que, no Plano Diretor, atual, o CDU é um Conselho de Desenvolvimento Urbano, por isso mesmo, tem na composição, no Poder Público Municipal, representante da Secretaria de Saúde, Educação, etc. Ele é visto como um Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade. Agora, dentro dele, as questões urbanísticas ganham relevância, porque se não tratarmos aqui, não existe outro Conselho que trate. A própria composição do Conselho é uma composição ampla. Sugiro uma discussão sobre o Plano Diretor atual, quais são as idéias criadoras e, na reunião de março, faríamos um estudo mais profundo da metodologia”. Prosseguindo, Dra. Tania passa para o segundo item da pauta: Análise de Processo nº 07.40416.4.01 (Shopping Boa - Vista). O relator do processo, conselheiro Enio Laprovitera – IAB, apresenta o parecer sobre a viabilidade do projeto de arquitetura. “Considerando o percurso do processo: 1º PCR/SEPLAM, foi para a 1º Regional, em 26/11/01; passou pelo Colegiado Técnico da DIRCON em 12/12/01, baseado no parecer, favorável da relatora da 1ª Regional. Em seguida, pela Comissão de Controle Urbanístico – CCU, em 20/12/01 (aprovado por unanimidade de seus membros). Foram cumpridas as exigências legais quanto à apresentação do Memorial Justificativo e publicação em jornal local. Levei em conta o atendimento às “consultas técnicas sumárias” relativas aos órgãos competentes: COMPESA, EMLURB, CPRH, CELPE e TELEMAR sobre o impacto do projeto e sua viabilidade técnica conta parecer favorável da Divisão de Estudos Viários – DEV da DPU da URB – RECIFE, no que se refere ao impacto no sistema viário e tráfego local (parecer datado de 20/11/2001). Considerando ainda o efeito positivo no que se refere à dinamização de atividades comerciais no Centro do Recife e às particularidades das relações desse tipo de uso com as características sociais e de infra-estrutura urbana concluí a favor da aprovação do referido projeto. Outra coisa é que ele é um projeto que está valorizando o centro da Cidade do Recife, vai gerar renda e trazer as pessoas de



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

volta ao Centro. É bem localizado, tem estacionamento amplo e só vai valorizar o Centro”. Dra. Tania coloca o processo em votação, que é aprovado por unanimidade. Prosseguindo, a Presidente passa para o último assunto da pauta: Avaliação do Conselho no ano de 2001/ discussão de um planejamento para o ano de 2002. “Começamos com uma proposta, para o ano de 2002, que é a revisão do Plano Diretor”. Passando, em seguida a palavra ao conselheiro Enio, que afirma que leu no jornal sobre o congelamento do bairro de Boa Viagem. “É muito preocupante esse assunto. A partir do momento em que o CDU, e os Conselhos de uma maneira geral são espaços onde exercemos a democracia, é extremamente preocupante, para nós, que representamos Entidades, quando escutamos ou vimos pela imprensa alguma informação sobre a cidade, que não temos conhecimento. É problemático. Deixa o representante numa situação complicada diante da Entidade que representa. Pergunto: como vai ser encarado esses tipo de ação, e assuntos que tenham grandes repercussões?” Continuando, Dra. Tania passa a palavra para ao conselheiro Arménio – ADEMI/PE. “Trago uma preocupação, que o companheiro que não está mais no CDU, Carlan, vinha colocando o ano passado, que é a questão da revisão e aprovação do Regimento Interno do CDU”. Em seguida, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP. “Sobre a avaliação do CDU no ano passado, acho que as reuniões, as discussões foram bastante positivas. O CDU hoje está muito diferente, bem atuante. O Conselho tem sido espaço privilegiado de discussão, de planejamento. A liberdade que se teve para fazer isso e o grau de informações que circularam, possibilitaram de alguma forma, nossa participação. As competências do CDU, foram restauradas. Para o ano 2002, gostaria de sugerir por exemplo, a possibilidade do Conselho definir metas e programas, esses contemplados no orçamento da Cidade. É uma previsão normativa, no atual Plano Diretor. Outra coisa, é com relação ao desafio que vamos ter com o Plano Diretor. Resgatar também a questão do Regimento Interno e do Estatuto da Cidade, serão novos desafios. Também a questão da possibilidade de viabilizarmos as chamadas Câmaras de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Econômico”. Em seguida, Dra. Tania fala que em relação ao Regimento Interno, foi composta uma Comissão por Norma, Daniel, Carlos, Enio, Fátima e Tatiana, que se reunirão e, na próxima reunião, apresentarão uma nova proposta. Continuando, Dra. Tania passa a palavra à conselheira Circe do MDU/UFPE. “Um tema bastante interessante e urgente é a questão da segurança. Quanto mais nossa cidade cresce, a violência urbana também cresce. Tem uma pesquisa que consta que o Recife é a cidade mais violenta do Brasil. Acho que é um assunto que deveríamos começar a pensar”. Em seguida, Arménio – ADEMI fala na possibilidade do envio das matérias do CDU pelo correio eletrônico, encaminhar as Atas do CDU por e-mail e também das apresentações que são feitas nas reuniões. Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra para o conselheiro Jorge Luiz – CUT, “Em relação ao item 3 da pauta, lembro que, em outra gestão, a CUT me pedia um relatório no final do ano sobre a nossa participação no CDU. Sempre solicitava o meu desligamento, porque não havia sentido estar ocupando meu tempo com uma coisa sem nenhuma importância. Quero deixar registrado, que, quem conheceu o CDU nas duas gestões anteriores, existe diferença, até mesmo da relação da Câmara de Vereadores com o Conselho. Na questão dos 12 bairros, a relação do CDU com a Câmara nos deixou bastante motivados. O que ainda falta é a divulgação interna/ externa.



PREFEITURA DO
RECIFE
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Em seguida, o conselheiro Carlos Aguiar – SCJP propõe colocar a Ata no Diário Oficial, mas Norma deu uma idéia de fazer um informativo, uma publicação. Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra para a conselheira Tatiana Maia da Silva Mariz - SAJ. “Voltando a questão da segurança, acho que a violência não acontece só por falta de policiais, claro que isso minimiza, mas o que gera a violência é a falta de emprego, estudo, falta do espaço de lazer. O que preocupa é a sensação de impotência que todos temos. Começamos a achar, que a Prefeitura terá que responder também pela segurança. Acho que as Prefeituras podem responder, mas, em outro sentido, por exemplo, pelo uso dos espaços públicos. A SEPLAM teve uma briga, no ano passado, para retirar as grades e portões das ruas. Além de ser ilegal fechar as ruas, os que têm dinheiro vão querer colocar suas grades, não pode acontecer isso. Pode discutir a segurança sim, mas não tentando colocar guarda municipal para ser polícia, pois não é sua função. Em seguida, o conselheiro Jorge – CUT, pede novamente a palavra e diz, que “é exatamente o que Tatiana falou, de envolver a sociedade fazendo debates. Outro dia, o carro de um amigo foi roubado e estava sendo depenado e um telefonema anônimo, salvou o ganha pão de um pai de família”. Prosseguindo, o conselheiro Francisco – SCDTE, fala “que realmente um dos motivos que mais geram a violência é a falta do emprego. Com o desenvolvimento do trabalho comunitário remunerado, você trata um pouco essa questão. É lógico, que isso passa pela questão da renda mínima, e pela má distribuição de renda”. Continuando, a Presidente passa a palavra ao conselheiro Huseyin – CORECON. “Existem ruas, praças quase impossíveis de se transitar. Acho que um projeto poderia ser feito com a comunidade local. A comunidade em vez de construir muros, colocaria uma pessoa controlando o espaço, talvez câmaras, fazendo a segurança”. Dando continuidade, Dra. Tania passa a palavra à conselheira Vera Menelau – CREA/PE. “Acho que deveríamos criar espaços fechados nos locais com maior índice de violência, área para esportes, pequenas intervenções. Outra coisa, é a questão da Lagoa do Araçá. O seu aproveitamento está sendo maravilhoso. Se você passa por lá, das 19:00 às 21:00horas, irá ver crianças brincando, adultos jogando dominó, a quadra de esportes com fila de espera, as guaritas com guardas. Estão construindo dois banheiros públicos. O local é aproveitado o dia inteiro, vale a pena investir”. Prosseguindo, Dra. Tania passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar – SCJP. “Lembro-me quando acompanhei os trabalhos do Prezeis, os projetos urbanísticos realizados. Projetos no sentido de melhorar a circulação dos veículos, das pessoas, o esgotamento sanitário e a qualidade habitacional. Hoje, vemos projetos urbanísticos, tentando recuperar o espaço de convivência da população, sobretudo da população jovem. Acho que o caminho é esse”. Em seguida, a conselheira Elaine, representante do MNLM, fala sobre o Parque do Caiara. “Tem que ser feitas intervenções integrando empresários nessa batalha, com estudos e cursos para as crianças. Um passo muito grande para combater a violência”. A seguir, a conselheira Vera Menelau – CREA-PE, fala de um convênio com o Banco do Brasil, para estágio de jovens e depois dependendo do desempenho, eles são aproveitados em outras atividades. “Outras empresas poderiam ajudar essas e outras comunidades”. Continuando, Dra. Tania faz um balanço da reunião. “Fala que em relação ao material divulgado, pode-se melhorar bastante essa divulgação, e, para quem tem e-mail, iremos enviar mais facilmente. Outra coisa é de termos um informativo do CDU para



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

vocês distribuírem nas suas Entidades. Até o final do ano passado, a SEPLAM não tinha uma Assessoria de Imprensa, agora conseguimos duas jornalistas e vamos passar para elas essas atribuições. Do ponto de vista do funcionamento, pensamos, desde o começo que, todos os assuntos relevantes para a Cidade seriam passados primeiro no Conselho. Foi um compromisso nosso. Nada de importante para a cidade deixaria de passar pelo CDU. Com isso, volto a questão de Boa Viagem. Nada irá acontecer sem passar pelo Conselho. No estudo que fizemos, a Região 3.1, foi quem apresentou maiores problemas e foi uma decisão do CDU o congelamento. O que aconteceu na 3.1 suscitou debates em outras Regiões. É compreensível que comece a pipocar, pessoas querendo fazer transformações no seu Bairro. Não recebemos pedido de nenhuma Associação e nada neste sentido chegou à SEPLAM. O que nos preocupa em Boa Viagem é a questão do trânsito, dos engarrafamentos. Existe a questão da Linha Verde. A Prefeitura não tem condições de implantar a Linha Verde, porque ela está estimada em 90 milhões. Esta quantia é o valor do nosso orçamento anual de investimento. Agora, Linha Verde com pedágio, como outros projetos, é uma discussão que a Cidade vai ter. A Prefeitura estará presente, puxando a discussão. Então, com relação a Boa Viagem o foco não está no controle urbanístico e sim na melhoria de circulação naquela Região. Com relação ao Regimento Interno, a Comissão terá até março para nos trazer uma sugestão. Em relação ao orçamento, a Prefeitura está trabalhando com o Orçamento Participativo, criou diversos fóruns e criou o Conselhão. O CDU tem representação no Conselhão. Por oportuno, comunico que recebi algumas queixas, que os nossos representantes não estavam participando. Com relação a pauta, uma sugestão é que ela não seja preparada só pela SEPLAM, mas pela SEPLAM e CDU. Hoje, recolhi dois temas: O primeiro seria uma espécie de balanço dando um diagnóstico da Cidade a luz do novo Censo. O outro, foi a questão da segurança, como a Prefeitura está tratando isso. Não podemos atuar na repressão, porque, isso é atribuição do Governo do Estado e a guarda municipal não dá conta nem das suas próprias tarefas. Poderemos ajudar o Governo Estadual. O que a Prefeitura poderá fazer? Criamos uma Comissão que quem preside é o Vice-Prefeito. Sugiro que, na próxima reunião, o Dr. Luciano Siqueira, traga um informe para o CDU. Outra sugestão é: como, do ponto de vista urbanístico, poderíamos resolver essa questão? Talvez a Universidade junto com o IAB pudessem fazer esse estudo. Do ponto de vista urbanístico, existem definições que estimulam à violência. Fizemos um mapa, visualizando onde ocorre mais violência e onde residem as pessoas que mais fazem violência. Poderíamos ver esses mapas também, mas, para iniciarmos o processo, ouviremos primeiro o Vice – Prefeito, Dr. Luciano Siqueira. Temos também a questão do Parque do Caiara, será uma das prioridades desse trimestre. O Prefeito está nos cobrando muito. Outra coisa, é a questão dos financiamentos para a cidade. Finalizando, Dra. Tania, agenda para o dia 22 de fevereiro do ano em curso, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que terá como pauta: 1) Apresentação do Programa Integrado de Promoção dos Direitos Humanos e Prevenção à Violência. Vice-Prefeito, Dr. Luciano Siqueira. 2) Apresentação do conteúdo atual do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife – PDCR. 3) Regimento Interno: proposta da Comissão. Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Tiago Araújo, Secretário Executivo em exercício, lavrei a presente Ata, que vai assinada

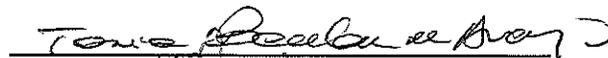


PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

pelos conselheiros presentes. Recife, 14 de janeiro de 2002.

Tania Bacelar – SEPLAM (Presidente)



Norma Lacerda – SEPLAM (suplente da presidente)



Elísio Soares de Carvalho Júnior – Se. De Finanças (suplente)



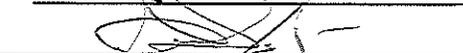
Tatiana Maia da Silva Mariz- Sec.de Assuntos Jurídicos(titular)



Daniel Gaio – SAJ (suplente)



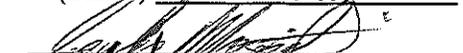
Alberto Neves Salazar – Sec. Serviços Públicos(suplente)



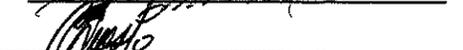
Francisco José Couceiro de Oliveira – Sec.de Desenvol.Econômico(titular)



Carlos Eduardo Maciel Lyra –Sec. Saneamento ((titular)



Carlos Ernesto de Queiroz Matos – URB/RECIFE(suplente)



Circe Maria Gama Monteiro –MDU/UFPE(suplente)



Antonio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)



Frederico Penna Leal – SINDILOJAS (suplente)



José Luiz Soares Muniz de Araújo –ACP (titular)



Vera Lúcia Menelau de Mesquita – CREA (titular)



Huseyin Miranda Sipahi –CORECON (titular)



Jorge Luiz Dantas Roma – CUT (titular)



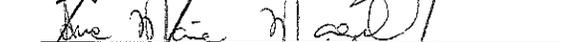
Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente)



Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI/PE (titular)



Ana Maria Magalhães – CENDHEC (suplente)



Carlos Antônio Barroso Aguiar- SCJP/ABONG (titular)



Clóvis Mário de Lima –FÓRUM/PREZEIS (titular)



Elaine de Oliveira Santos de Farias –MNLN/PE(suplente)

